

Defensoria e MP pedem que prefeitura do Rio restrinja mobilidade

A Defensoria Pública e o Ministério Público pediram novamente que a Prefeitura do Rio de Janeiro implemente todas as medidas de restrição à mobilidade social, conforme determinou o comitê científico no último dia 2 de dezembro.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Ação pede que o prefeito Marcelo Crivella seja multado pessoalmente em caso de descumprimento
Tomaz Silva/Agência Brasil

Em ação civil pública protocolada nesta quinta-feira (10/12), as instituições pedem que o município adequue, em 24 horas, a fase vigente do plano de reabertura do Rio de Janeiro aos critérios técnicos que subsidiam cada etapa e se abstenha de contrariar os indicadores e medidas de enfrentamento à pandemia.

Também pedem que o prefeito se abstenha de contrariar os indicadores e medidas de enfrentamento à pandemia. Em caso de descumprimento, requerem que o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) seja multado pessoalmente; a multa diária pedida é de R\$ 50 mil.

Essa é quarta ação ajuizada contra o município com o objetivo de fazer cumprir as medidas necessárias para a contenção da doença na cidade. Nas ações anteriores, a Defensoria e o MP já haviam alertado para a falta de amparo técnico que justificasse a reabertura de comércios e serviços não essenciais. Há expectativa é que as ações sejam pensadas para julgamento conjunto

Segundo as instituições, a prefeitura não está cumprindo sequer os próprios requisitos montados para a flexibilização, o que demonstra a necessidade de que o município adote "posturas enérgicas de enfrentamento até então não adotadas".

As ações também pediam para que o município se abstinhasse de flexibilizar o isolamento enquanto não fossem apresentados os estudos técnicos científicos que o amparasse como exige a legislação sobre o tema. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública do RJ.*

Clique [aqui](#) para ler a ação.

Date Created

12/12/2020